

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX - Nº 1.682 - BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 22 DE ABRIL DE 2003

Senado reinicia trabalhos com a pauta desobstruída

Aprovação de 19 medidas provisórias, na quarta-feira, encerrou um período de 15 dias em que as deliberações estiveram bloqueadas. Sessão de hoje tem uma emenda constitucional e diversos outros itens previstos para votação



Jane de Araújo

Ao votar 19 medidas provisórias, na quarta-feira, o Senado desobstruiu sua pauta, que permanecia trancada desde o dia 1º. Isso se tornou possível a partir de um acordo para deliberação sobre a MP que repassa aos estados e ao Distrito Federal trechos de rodovias federais. Com a pauta liberada, na sessão de hoje o Plenário deve votar, em segundo turno, proposta de emenda constitucional que acrescenta a alimentação aos direitos sociais, além de diversas outras matérias.

PÁGINAS 3 A 5

Sai hoje relatório sobre escuta

PÁGINA 2

Estatuto do Torcedor vai à sanção

PÁGINA 4

Paim recebe delegação de Cuba

Jane de Araújo



Em sessão muito movimentada (foto maior), Plenário aprovou projeto de Sarney que aumenta pena para matadores de juízes e outros agentes públicos

Aprovada pena de até 40 anos para homicídio qualificado

Projeto de José Sarney vai agora a exame da Câmara. Texto também aumenta o tempo máximo de cumprimento de pena.

PÁGINA 5



José Cruz

PÁGINA 5

Uso do gás em veículo está em exame na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) examinará hoje, a partir das 10h, projeto que autoriza o uso, em todo o país, do gás natural de petróleo para movimentar veículos. Hoje, esse gás é usado em apenas algumas cidades do Nordeste e outras que têm acesso a gasodutos que trazem o produto da Bacia de Campos (RJ) ou da Bolívia.

A proposta original foi apresentada pelo ex-senador Carlos Patrocínio e previa apenas a liberação do gás de cozinha (GLP) e do gás natural para veículos com mais de sete anos e pertencentes a produtores rurais. Ao tramitar na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o projeto foi alterado — foi excluído o uso do GLP e o gás natural passou a ser alternativa para qualquer pessoa. Na CAE, o relator é o senador Delcídio Amaral (PT-MS), que concordou com a modificação feita na CAS.

Delcídio Amaral sustenta que o gás de cozinha é perigoso, por ser mais pesado que o ar, o que leva ao seu acúmulo em caso de vazamento. Além disso, o GLP é importado e até recentemente era subsidiado pelo governo. Já o gás natural de petróleo dilui-se rapidamente na atmosfera em caso de vazamento, o que reduz a possibilidade de intoxicação de pessoas.

Conforme o relator, nos países desenvolvidos a contribuição do gás natural à matriz energética é, em média, de 20%. No Brasil, não há total aproveitamento do gás produzido pela Petrobras. Delcídio pondera que o gás natural, além de quase não provocar poluição, tem custo mais baixo.

Na mesma reunião, a CAE discutirá projeto do ex-senador Francelino Pereira que estende para os impostos e contribuições federais a multa máxima de 2% por atraso de pagamento. O relator Romero Jucá (PSDB-RR) apóia a proposta.

Alimentação pode se tornar direito social

Proposta de emenda à Constituição, de autoria de Antonio Carlos Valadares, é um dos 19 projetos incluídos na pauta do Plenário

Com a pauta desobstruída em virtude da votação, na quarta-feira, de 19 medidas provisórias, os senadores se preparam agora para a análise de outras 19 propostas. Uma delas é a proposta de emenda à Constituição (PEC) que inclui a alimentação entre os direitos sociais previstos na Constituição — atualmente o artigo 6º da Constituição prevê os direitos a educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. A PEC é de autoria de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Também pode ser votado o projeto que permite aos hospitais universitários destinar até 25% dos seus leitos a pacientes pagantes ou que se encontrem cobertos

por planos de saúde.

A proposta é de autoria do senador Lúcio Alcântara, atual governador do Ceará, e estabelece que os percentuais a serem oferecidos pelos hospitais universitários aos pacientes pagantes ou de planos de saúde deverão ser pactuados anualmente com os dirigentes estaduais e municipais do Sistema Único de Saúde (SUS), ouvidos os conselhos estaduais e municipais de saúde. Outro detalhe importante é que os recursos obtidos com esses leitos serão obrigatoriamente revertidos para a manutenção dos hospitais e para a melhoria do atendimento.

Na pauta de votações há ainda o projeto, já aprovado na Comissão de Educação, que combate o uso indiscriminado de expressões

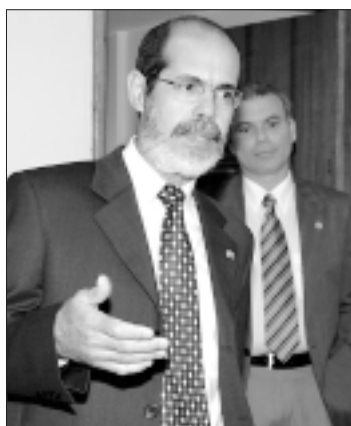
em língua estrangeira. Pelo projeto de lei da Câmara, toda palavra ou expressão escrita em língua estrangeira e destinada ao conhecimento público deverá ser acompanhada do termo correspondente em português — *fast food* (refeição rápida) e *delivery* (entrega em domicílio), por exemplo. A norma valerá também para contratos comerciais, mensagens publicitárias e meios de comunicação de massa.

Segundo o relator Amir Lando (PMDB-RO), a idéia é proteger a língua portuguesa, um patrimônio cultural brasileiro, concorrendo para a soberania do país. O projeto ainda relaciona uma série de ações que o poder público deve desenvolver para promover, difundir e valorizar o idioma.

Conselho de Ética analisa hoje relatório

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), convocou reunião para hoje, às 17h, quando o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) apresentará seu relatório sobre as acusações de envolvimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) com o caso de escuta telefônica ilegal na Bahia.

Mesquita Júnior afirmou, depois de ler a defesa do senador Antonio Carlos, que já tem convicção formada sobre o episódio da escuta. Para isso, ele examinou todo o inquérito da Polícia Federal (PF) que investiga a denúncia e ainda ouviu, no Conselho de Ética, o próprio delegado Gesival Gomes de Souza, da PF, que chefia as investigações, e dois jornalistas da revista *IstoÉ* que assinaram repor-



Mesquita Júnior apresenta conclusão sobre acusações que envolvem Antonio Carlos

tagens ligando o senador baiano aos grampos ilegais.

Além da leitura do relatório, os 15 senadores do Conselho de Ética poderão votar hoje se concordam ou não com o conteúdo do documento. Se Mesquita Júnior

concluir que Antonio Carlos Magalhães é inocente, com a concordância do plenário, o processo será arquivado. Se considerar que há indícios de culpa, e o plenário do conselho concordar com essa posição, o relator pode propor punição ao senador Antonio Carlos, que vai da simples advertência à suspensão definitiva do mandato.

Para as punições mais severas — como a suspensão temporária ou definitiva do mandato —, o Conselho de Ética encaminha o relatório à Mesa do Senado, que decide se concorda ou não. Caso o pedido seja pela cassação do mandato e haja concordância da Mesa, o caso volta ao Conselho de Ética, que abre novo processo, dessa vez para decidir se o mandato do senador será ou não cassado.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 22 DE ABRIL DE 2003

PLENÁRIO

11h — Sessão Especial, destinada a homenagear a cidade de Brasília, pela passagem do seu quadragésimo terceiro aniversário.

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

A hora do expediente será destinada a homenagear a passagem do Dia do Índio, comemorado em 19 de abril, de acordo com requerimento apresentado pelo senador João Capiberibe.

Pauta: segunda sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à PEC 1/01 (fixação de limites para gastos com a publicidade de obras governamentais); terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 22/99 (gratuidade para o registro e primeira emissão de certidão de nascimento, casamento e óbito); terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 36/99 (incorporação e a transferência das atribuições dos tribunais e conselhos de contas dos municípios aos tribunais de contas dos estados); terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC 21/01 (acrescenta aos direitos sociais a alimentação); Mensagem nº 300/02 (escolha de Stelio Marcos Amarante para embaixador do Brasil junto à República da Irlanda); Mensagem nº 362/02 (escolha de Gilda Maria Ramos Guimarães para embaixadora do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago); Mensagem nº 59/03 (escolha de Celina Maria Assumpção do Valle Pereira para embaixadora do Brasil junto à Confederação Helvética); votação, em turno suplementar, do substitutivo ao PLS nº 449/99, altera o artigo 43 da Lei nº 8.060/90, possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares; substitutivo do Senado ao PLC nº 34/02, proíbe inversão de ordem dos nomes constantes na Lista Única de Transplantes; PLC nº 50/01 (promoção, proteção, defesa e uso da língua portuguesa); PLC nº 69/01 (atendimento de emergência de acidentes do trabalho em localidades onde não existe rede do Sistema Único de Saúde); PLS nº 10/99, altera o disposto na Lei nº 6.811/80, que dispõe sobre a destinação da taxa judiciária de que trata o artigo 20 do Decreto-Lei nº 115/67, alterado pelo artigo 2º do Decreto-Lei nº 246/67 (arrecadação com a cobrança da taxa judiciária, destina-se às obras do edifício sede da Ordem dos Advogados do Brasil — seção do Distrito Federal — e à Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça do Distrito Federal); PLS nº 677/99, institui o Dia do Instrumentador Cirúrgico; entre outras matérias.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

11h30 — Comissão de Educação. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

18h30 — Subcomissão Permanente de Segurança Pública. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

ESPECIAL

17h — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar Pauta: Apresentação do Relatório do senador Geraldo Mesquita Júnior sobre a Denúncia nº 01/03. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Shessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora da Mesa do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado. Poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

MATÉRIAS APROVADAS

Senado vota 19 MPs e desbloqueia pauta

O Senado votou quarta-feira 19 medidas provisórias (MPs) e projetos de conversão, desbloqueando a pauta do Plenário, que permanecia trancada desde o dia 1º. Isso se tornou possível a partir de um acordo para deliberação sobre a MP que repassa aos estados e ao Distrito Federal trechos de rodovias federais. Considerado polêmico e sofrendo fortes restrições de diversos estados, o texto foi muito criticado antes da votação, e as lideranças deixaram claro que a

aprovação seria um crédito de confiança ao líder do governo, senador Aloizio Mercadante. Com o desbloqueio da pauta, foram apreciados também três projetos de lei, inclusive o que cria o Estatuto de Defesa do Torcedor, um projeto de decreto legislativo aprovando a programação monetária do segundo trimestre de 2003 e três mensagens presidenciais, entre elas a que indicou o ex-presidente Itamar Franco para ocupar a embaixada do Brasil na Itália.

Transferência de rodovias aos estados volta à Câmara

O projeto de conversão à Medida Provisória 82/2002, que repassa aos estados e ao Distrito Federal trechos de rodovias federais, travava a pauta desde o início do mês e foi o primeiro item votado pelo Senado na quarta-feira. O relator da proposta, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), incluiu em seu projeto de conversão a principal reivindicação dos governadores e senadores de oposição: o ressarcimento aos estados por obras feitas em rodovias federais não será considerado receita líquida, e assim não será incluído no cálculo dos 13% da receita de cada estado que devem ser dirigidos ao pagamento de dívidas com a União.

Os líderes deixaram claro, porém, que a aprovação foi um crédito de confiança concedido ao líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), porque alguns estados, como o Ceará, já receberam o ressarcimento com o desconto de 13%. Outros, como Mato Grosso do Sul, construíram estradas que deveriam ser federais e não foram ressarcidos – a dívida da União com Mato Grosso do Sul, segundo o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), é de R\$ 370 milhões.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) criticou duramente o governo pela trans-

ferência de rodovias federais para os estados. “É um presente de grego, pois a União está fugindo de sua responsabilidade”, afirmou. “Fico imaginando os ministros, principalmente o dos Transportes, dando gargalhadas e dizendo que se livraram de um belo abacaxi”. Ramez Tebet foi ainda mais duro: “Trata-se de uma agiotagem”, definiu. “O meu estado vai receber 980 quilômetros de malha rodoviária federal, a maioria sem ao menos estar pavimentada.”

O projeto de conversão volta à Câmara dos Deputados porque sofreu modificações do relator. Os líderes reafirmaram sua expectativa de que o governo mantenha o que foi aprovado, a fim de não causar prejuízos aos estados.



Sérgio Cabral, relator da MP, acolheu a principal reivindicação dos governadores

Roque de Sá



Plenário teve sessão muito movimentada, com o exame de uma pauta de 26 itens

Roque de Sá

Abertos créditos para estatais e ministérios

Doze medidas provisórias que abrem créditos extraordinários a ministérios e estatais foram aprovadas pelo Senado. Oito delas destinam cerca de R\$ 1,8 bilhão ao Ministério dos Transportes, recursos a serem utilizados no ressarcimento dos estados por obras em rodovias federais em Minas Gerais, Bahia, Paraná, Piauí, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Espírito Santo.

Por outra MP, o Ministério da Previdência e Assistência Social terá crédito extraordinário de R\$ 36,8 milhões para o pagamento de despesas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil com a concessão da Bolsa Criança-Cidadã e atendimento à criança e ao adolescente e jornada escolar ampliada.

Outras duas MPs dão ao Ministério da Integração Nacional créditos extraordinários no valor aproximado de R\$ 173 milhões. Do total, R\$ 45 milhões são para Bolsa-Renda, R\$ 2 milhões para abastecimento de água no Nordeste e no norte de Minas Gerais e R\$ 128 milhões para ações emergenciais em municípios atingidos por chuvas no Sudeste. Empresas do Grupo Petrobras tiveram aprovado crédito extraordinário de R\$ 2,259 milhões.

Aprovada criação de cargos na administração pública

O Plenário aprovou projeto de lei de conversão à medida provisória que modifica a legislação relativa à contratação temporária por parte da administração pública. Com a decisão, as agências reguladoras poderão ampliar o leque de atividades sujeitas a contratação temporária para abranger as de natureza técnica especializada. Passam a ser permitidas também contratações de pessoal no âmbito de acordos com organismos internacionais envolvendo o Ministério Público e a Advocacia Geral da União.

Pelo projeto, são criados 3,8 mil cargos efetivos na carreira previdenciária; 800 na carreira de auditoria fiscal no quadro do Instituto Nacional do Seguro Social, para provimento a partir deste ano; 35 cargos de inspetor e 59 de analista da Comissão de Valores Mobiliários; 1,9 mil cargos na Agência Brasileira de Inteligência; 415 cargos de professor para a instalação da Universidade Federal do Vale do São Francisco; e 6 mil cargos de técnico administrativo em hospitais universitários.

Como não sofreu modificações no

Senado, o projeto vai à sanção presidencial. Para o senador Marco Maciel (PFL-PE), a decisão do Plenário resolverá boa parte das carências de pessoal nos hospitais universitários do país e permitirá a instalação de uma universidade no semi-árido, em Petrolina (PE).

GENÉRICOS

Outra MP aprovada na forma de projeto de lei de conversão fixa a data de 30 de junho de 2003 como limite para a apresentação de ensaios de bioequivalência de medicamentos genéricos importados realizados fora do país. Nesse caso, o laboratório que lançar o medicamento no Brasil deverá apresentar os testes que comprovem a similaridade. MP anterior introduziu a necessidade desses ensaios, mas

não estipulou prazos. O objetivo, de acordo com a justificativa do Executivo, é assegurar à população disponibilidade exclusiva de medicamentos genéricos intercambiáveis com medicamentos de referência comercializados no Brasil, com a mesma eficácia, segurança e qualidade.



Maciel: solução para carência de pessoal nos hospitais universitários

Célio Azevedo

Medida atinge 18 mil quilômetros de BRs

A Medida Provisória nº 82, cujo projeto de conversão o Senado aprovou quarta-feira, foi uma das últimas editadas pelo governo Fernando Henrique. Ela autoriza a União a transferir cerca de 18 mil quilômetros da malha rodoviária federal, incluindo as benfeitorias, para os estados e o Distrito Federal. Os trechos para repasse serão definidos pelo Ministério dos Transportes com cada unidade da Federação, ficando de fora apenas as rodovias troncais, consideradas estratégicas pelo governo, como as BRs 101 (que liga o Sul ao Nordeste) e a 153 (Belém-Brasília).

MATÉRIAS APROVADAS

Estatuto do Torcedor vai à sanção presidencial

O Senado aprovou o projeto de lei que institui normas de proteção e defesa para os torcedores que comparecem a estádios esportivos abertos ao público e acompanham as competições pelos meios de comunicação. Conhecido como Estatuto do Torcedor, o projeto foi inspirado pelas conclusões e propostas da comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Senado que apurou irregularidades na Confederação Brasileira de Futebol (CBF), em federações estaduais e em clubes de futebol – a CPI do Futebol. A matéria vai à sanção presidencial.

Entre outras medidas, o Estatuto do Torcedor cria a figura do “ouvidor da competição”, que será encarregado de receber e encaminhar todas as queixas, reclamações e sugestões de torcedores contra a organização e as arbitragens de torneios e campeonatos, profissionais ou amadores.



Senadores aprovaram projeto que amplia os direitos dos torcedores dos torneios de futebol profissional

O ouvidor poderá ser remunerado pelos participantes ou pelos organizadores do evento esportivo. No caso de competições profissionais, passa a ser um direito

do torcedor conhecer a renda obtida por meio de público pagante e das tevês autorizadas a transmitir os eventos.

O Estatuto do Torcedor estabe-

lece ainda que, no caso de competições profissionais, os clubes têm a garantia de permanecer ativos durante pelo menos dez meses no ano. É obrigatória também

a ampla divulgação e transparência de todas as competições organizadas pelas entidades de administração do esporte, incluindo-se as tabelas completas, com dia e horário dos jogos, nome e formas de contato com o ouvidor da competição, a renda completa das partidas e a relação dos nomes dos torcedores impedidos de comparecer aos estádios, por participação anterior em desordens e distúrbios.

O Estatuto do Torcedor impõe exigências também a estados e municípios, como segurança adequada ao público, transporte limpo e seguro, higiene e qualidade das instalações físicas dos estádios esportivos. O projeto aprovado fixa critérios técnicos e de imparcialidade às arbitragens esportivas e institui penalidades e formas de ação judicial do torcedor em defesa de seus direitos.

MPs criam estímulos para exportadores

Medida provisória que confere competência ao IRB-Brasil Resseguros para, em nome da União, contratar instituição habilitada a operar seguro de crédito à exportação foi aprovada pelo Plenário do Senado. Outro estímulo ao setor deve ser propiciado com a aprovação, na mesma sessão, de projeto de lei de conversão à MP que autoriza o Poder Executivo a criar o Serviço Social Autônomo da Agência de Promoção de Exportações do Brasil (Apex-Brasil).

Na exposição de motivos do Ministério da Fazenda, assinala-se a contribuição do seguro de crédito – destinado à cobertura de riscos comerciais, políticos e extraordinários – para o crescimento do setor exportador, além de fortalecer a confiança dos exportadores no produto oferecido pelo governo brasileiro.

Uma das principais metas da Apex-Brasil deve ser, segundo a medida provisória aprovada, o incentivo à execução de políticas de

promoção de exportações, voltadas especialmente para empresas de pequeno porte e a geração de empregos. Atualmente, essa função vem sendo exercida pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

A transformação dessa unidade do Sebrae em Serviço Social Autônomo responderia às necessidades de maior competitividade dos bens e serviços brasileiros contra seus concorrentes, em uma economia globalizada.

Aprovada programação monetária do 2º trimestre

O Plenário aprovou o projeto de decreto legislativo com a programação monetária do governo federal para o segundo trimestre de 2003 e uma medida provisória que altera artigo da lei que regula os programas de reestruturação e ajuste fiscal dos estados. Ambas as proposições seguem agora para promulgação.

No parecer apresentado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) considerou a programação “consistente com a tendência de melhora dos indicadores macroeconômicos do país”, abrindo a possibilidade de redução da taxa básica de juros ao permitir uma expansão da liquidez real da economia ao longo de 2003. O documento, observou o relator, indica que há uma “sintonia fina” entre as políticas fiscal e monetária, o que reafirmaria o compromisso do governo com o ajuste fiscal, as reformas estruturais e o controle da inflação.

Apesar de assinalar os méritos da programação, Garibaldi também apontou a persistência de “vícios de origem”, como a falta de informações sobre a trajetória esperada da taxa básica de juros, a distribuição de crédito e a adoção de medidas



Garibaldi Alves relatou decreto legislativo com as previsões monetárias do governo federal

contra abusos nos *spreads* bancários (taxas cobradas pelos empréstimos bancários, por conta do risco econômico).

A respeito das alterações inseridas na regulação dos programas de reestruturação e ajuste fiscal dos estados, sua “urgência e relevância” seriam justificadas pela difícil situação financeira dessas unidades federadas, segundo exposição de motivos do Ministério da Fazenda.

Embora em dia com as metas fiscais essenciais, como o equilíbrio entre a dívida financeira e a receita líquida real, muitos estados estariam sendo considerados inadimplentes por não conseguirem cumprir questões acessórias, como despesas com o funcionalismo e arrecadação própria, sendo impedidos de recorrer aos benefícios da lei.

Redução de IPI para computador nacional

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) cobrado na fabricação de processadores de microcomputadores de valor abaixo de R\$ 11 mil será paulatinamente reduzido. De acordo com medida provisória aprovada pelo Senado, esses produtos terão redução de 95% em 2003 (como foi praticado em 2000), de 90% nos anos de 2004 e 2005 e de 70% no período de 2006 a 2009.

A intenção, conforme explicou o deputado Gustavo Fruet (PMDB-PR), relator da proposta na Câmara, é dar competitividade à indústria nacional de informática, setor com grande nível de informalidade. No Brasil, há cerca de 10 milhões de microcomputa-

dores – pelo menos dois terços deles adquiridos no mercado informal.

Entre os objetivos da medida provisória, editada no final do ano passado, estão a desoneração da produção e da comercialização desses produtos no Brasil, além do combate à informalidade e o incentivo a medidas de estímulo à digitalização da sociedade, conforme a exposição de motivos que acompanha a medida provisória. A matéria segue agora para promulgação.



MATÉRIAS APROVADAS

Bandidos podem passar até 40 anos na cadeia

A proposta de ampliação do tempo máximo de cumprimento das penas privativas de liberdade, de 30 para 40 anos, apresentada pelo presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), foi aprovada pelos senadores. Em consequência, foi considerado prejudicado o projeto da Câmara que tramitava em conjunto e fixava parâmetros para aumento de pena nos crimes de homicídio e lesão corporal. O projeto do senador segue agora para apreciação da Câmara dos Deputados.

As alterações sugeridas pelo presidente do Senado dirigem-se a dispositivos do Código Penal. O projeto recomenda a observância desse novo limite de tempo prisional quando o criminoso for condenado a penas privativas de liberdade cuja soma ultrapasse 40 anos. Também são



José Sarney presidiu a sessão do Senado em que sua proposta de ampliação das penas foi aprovada pelo Plenário

inserir novas circunstâncias qualificadoras do crime de homicídio, quando o assassinato for praticado contra ou por agentes do Estado em decorrência do exercício de cargo ou função, e o aumento da pena prevista para o delito cometido naquelas circuns-

tâncias de 30 para 40 anos.

O projeto foi aprovado com ajustes inseridos pelo senador Amir Lando (PMDB-RO), relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Lando introduziu, por exemplo, uma circunstância qualificadora genérica, aumentando de um terço para dois terços a pena dos crimes praticados com uso de violência ou grave ameaça, contra agente do Estado no exercício da função e em razão dela. Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de sete a 15 anos, além de multa. Se resultar em morte, a reclusão será de 20 a 40 anos, sem prejuízo de multa.

Confirmadas indicações para Itália e Cuba

Três indicações diplomáticas foram aprovadas pelo Plenário do Senado na quarta-feira. Por 29 votos favoráveis, 25 contrários e duas abstenções, o ex-presidente da República Itamar Franco teve acolhida sua escolha para o cargo de embaixador do Brasil na Itália. Já o ex-deputado federal por Minas Gerais Tilden José Santiago teve sua indicação para a Embaixada do Brasil em Cuba referendada por 52 votos a 7, enquanto o diplomata Antonio Augusto Dayrell de Lima recebeu 42 votos favoráveis e cinco contrários à escolha de seu nome para o cargo de delegado permanente do Bra-



Itamar Franco teve seu nome confirmado por 29 votos a favor, 25 contra e 2 abstenções

sil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

Na ocasião, o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Eduardo Suplicy (PT-SP), comunicou convite do embaixador cubano no Brasil, Jorge Lezcano Pérez, para um café da manhã na sede da embaixada em Brasília, às 8h de amanhã. Segundo o parlamentar, além dos integrantes da comissão, também foram convidados os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Romero Jucá (PSDB-RR), que recentemente criticaram o governo cubano por julgar e condenar compatriotas que adotaram posturas contrárias ao regime político do país.

Sessão de hoje homenageia os índios

A hora do expediente da sessão de hoje será destinada a homenagear a passagem do Dia do Índio, comemorado em 19 de abril. Requerimento nesse sentido, de autoria do senador João Capiberibe (PSB-AP), foi aprovado pelo Plenário na sessão de quarta-feira.

Também foi aprovado requerimento apresentado por vários líderes propondo que o jornalista Manoel Francisco do Nascimento Brito, que morreu em fevereiro deste ano, seja homenageado em Plenário. Nascimento Brito foi diretor-presidente do Grupo Jornal do Brasil por 53 anos.



Senador Suplicy, deputado Crombet, senador Paim e o embaixador Pérez: questão dos direitos humanos foi um dos temas da audiência

Paim recebe delegação cubana e discute direitos humanos

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), recebeu, no Salão Nobre, delegação de parlamentares cubanos chefiada pelo vice-presidente da Assembléia Nacional de Cuba, Jaime Crombet, acompanhados pelo embaixador Jorge Lezcano Pérez. Paim, durante a conversa, levantou a situação dos direitos humanos naquele país.

— Falei sobre as possibilidades do Brasil quanto à redistribuição de renda e de dobrar o salário mínimo durante o governo Lula, e questionei o que houve com os dissidentes em Cuba, pois não haveria como não aprofundar um fato como esse, que envolve os direitos humanos — disse.

Paim informou que o embaixador colocou-se à disposição para dar esclarecimentos mais detalhados e também sugeriu que uma delegação parlamentar brasileira

visite o país. O senador admitiu participar da delegação.

— É importante ouvir sempre duas versões do fato para esclarecer o que está acontecendo — ressaltou Paim.

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Eduardo Suplicy (PT-SP), estava presente ao encontro. Faziam parte da delegação também os deputados Ramon Pez Ferro e Kenia Serrano.

Paulo Paim recebeu a coordenadora da Área de Desenvolvimento Social, Projetos Transdisciplinares e Programa de Cultura de Paz da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), Marlova Noletto, com quem conversou sobre campanhas em favor dos idosos, deficientes e contra a discriminação.

Embaixadora dos EUA sugere que Brasil assumira posição

Este é um bom momento para o Brasil se expressar a respeito dos direitos humanos em Cuba, disse a embaixadora norte-americana Donna Hrinak, após audiência com o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM). Hrinak ressaltou, no entanto, ser essa uma decisão do governo brasileiro.

O governo cubano prendeu 78 pessoas, entre jornalistas, escritores e opositores à ditadura de Fidel Castro, e fuzilou outros três homens que tentaram fugir daquele país seqüestrando uma balsa. O julgamento foi sumário e sem direito a defesa.

Para o senador, não existe atrocidade de esquerda e atrocidade de direita. “Quem foi contra a guerra no Iraque não tem como concordar com o que foi feito em Cuba”, disse Arthur Virgílio.



Hrinak disse a Arthur Virgílio que Brasil pode participar da reconstrução do Iraque

A embaixadora afirmou também que há muitas possibilidades para o Brasil participar do trabalho de reconstrução do Iraque, mas que ainda não há nada de concreto, como contatos entre governos ou com entidades empresariais.

Arthur Virgílio ressaltou a capacidade industrial brasileira e a experiência comercial com o Iraque. Ele revelou que está programando uma reunião da embaixadora com a bancada tucana.



Magno Malta sugeriu a diminuição da idade penal para a punição de jovens infratores

Magno Malta defende as Forças Armadas nas ruas

Diminuição da idade penal para que jovens infratores sejam punidos pelos crimes cometidos, ingresso das Forças Armadas no combate à criminalidade e adoção de uma nova legislação, permitindo que adolescentes trabalhem pelo menos meio expediente para não serem presa fácil do narcotráfico, são algumas das propostas do senador Magno Malta (PL-ES) para que o governo federal combata com eficiência a violência no país.

Integrante da Subcomissão Permanente de Segurança Pública, criada para discutir e propor saídas que freiem a onda de violência, Magno Malta também sugeriu a criação de grupo de policiais federais, a serem escolhidos entre os melhores do quadro efetivo da corporação, que trabalhariam na vigilância de presos de alta periculosidade, principalmente os líderes do crime organizado e do narcotráfico.

Pela proposta, a Polícia Federal também recrutaria servidores inativos para substituir aqueles designados para missão especial. O recrutamento seria temporário e mediante pagamento extra que despertasse o interesse dos policiais aposentados.

— A medida se justifica pela necessidade de o aparelho estatal dar um tratamento adequado à manutenção de prisioneiros perigosos que tanto preocupa e assusta a sociedade — afirmou. Ele explicou que esses policiais trabalhariam encapuzados e teriam melhoria salarial. A proposta, adiantou, já foi encaminhada ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

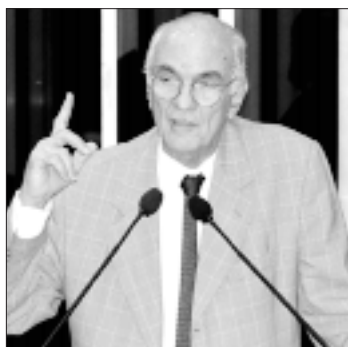
Malta disse também que o crime organizado está sendo acuado no seu estado, o Espírito Santo, graças à força-tarefa criada pelo governo federal para combater “os bandidos bem letrados, que vestem gravata, toga e têm trânsito fácil no governo”.

Saturnino: segurança só virá com a economia revitalizada

Para o senador, de nada adiantarão os programas de combate à criminalidade se o país não crescer pelo menos 5% ao ano

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) destacou, em Plenário, a decisão do governo de colocar em prática, ainda neste semestre, plano de segurança pública para combater com rigor a criminalidade em todo o país, principalmente nos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro. Ele advertiu, entretanto, que o programa poderá cair no vazio se não for adotada uma política de revitalização da economia que, observou, se encontra estagnada há mais de 20 anos.

Segundo o senador, de nada adiantará um plano de combate à criminalidade caso o país não cresça pelo menos 5% ao ano. Ele lembrou que somente o crescimento da economia pode gerar



Saturnino sugeriu que governo faça novos investimentos na base da pirâmide econômica

emprego e renda.

Saturnino recomendou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, no próximo ano, faça investimentos na infra-estrutura básica do país, para garantir que a

economia possa ser revitalizada.

— As reformas tributária e previdenciária são necessárias, mas não o suficiente para que o país entre numa nova fase de crescimento. É preciso que sejam feitos novos investimentos na base da pirâmide econômica, a fim de que o Brasil possa abrir caminho para incorporar essa imensa massa de excluídos — sugeriu.

Saturnino disse que a explosão da criminalidade no país aponta para um quadro assustador, que seria o início do que chamou de “desintegração da sociedade brasileira”. O senador observou que, em apenas 12 anos, a população carcerária cresceu de 110 mil para 250 mil pessoas, um aumento de 127%.

Renan cobra primeiro emprego para jovens

O líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), cobrou a adoção de programas de primeiro emprego para jovens como meio de combater a exclusão social e a violência. Ele lembrou que há mais de 3,5 milhões de pessoas entre 15 e 24 anos procurando trabalho, contingente que representa a metade dos desempregados nacionais.

Para Renan, as demandas dos jovens são globais, “de modo que não adianta segmentar ações”, como se eles precisassem apenas de campos de futebol.

— Itens básicos de uma política pública voltada para os jovens precisam incluir programas que combatam o ócio, a violência e o

uso de drogas. Paralelamente, são necessárias iniciativas de promoção e orientação da saúde, bem como de programas de âmbito cultural que ofereçam acesso a bens culturais e valorizem a produção juvenil.

Entre as iniciativas que os senadores

podem propor, Renan Calheiros citou a mudança da atual legislação que proíbe a concessão de estágios a jovens sem o secundário completo. A alteração viabilizaria um “programa mais agressivo de estágios” para favorecer jo-



Segundo Renan, há mais de 3,5 milhões de jovens desempregados no país

vens que ainda estão estudando e derrubaria a taxa global de desempregados no país, argumentou.

Renan mostrou preocupação com as estatísticas que colocam os homicídios e acidentes de trânsito como principais causas de morte entre os jovens. Isso aponta, disse, para a necessidade de alternativas que melhorem a qualidade de vida de adolescentes, dando-lhes condições de estudo, diversão e inserção no mercado de trabalho.

Iris quer mobilização contra criminalidade

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) conclamou políticos e segmentos organizados da sociedade a iniciarem um movimento pela paz no país. Dizendo-se angustiada com o crescimento e a banalização da violência no Brasil, ela afirmou que, se a mobilização popular com a juventude nas ruas com as caras pintadas foi capaz de provocar o impeachment do presidente Fernando Collor de



Para Iris, sociedade se sente incapaz de agir para combater a violência

Mello, a população organizada também poderá decretar o fim da violência.

— Sinto que, de certa forma, há uma imobilização da sociedade, um engasgamento. Os fatos acontecem com tanta velocidade que nos sentimos incapazes de tomar uma atitude. Estamos assistindo praticamente de braços cruzados à violência que vemos na televisão, ouvimos no rádio e testemu-

nhamos na porta de nossas casas. São fatos que, em outros anos, não aceitaríamos.

ECONOMIA

Na opinião da senadora, medidas concretas precisam ser tomadas contra a violência. Ela destacou que a solução passa necessariamente por uma mudança no atual modelo econômico.

Segundo Iris, muitas vezes o problema começa na família, quando os filhos, vítimas da violência dentro de casa, são obrigados a fugir para as ruas, engrossando as estatísticas de menores abandonados.



Conforme Ney Suassuna, a pena seria imposta a condenados por crimes hediondos

Suassuna propõe prisão perpétua para reincidentes

Ao defender a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC), de sua autoria, que cria pena de prisão perpétua para condenados reincidentes em crimes hediondos, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou que, em tempos de dificuldade na segurança pública, “é preciso coragem para aprovar uma legislação dura que proteja os direitos humanos dos cidadãos, não os dos criminosos”.

A proposta está em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), graças a recurso do senador contra decisão da Mesa do Senado de arquivá-la, por considerar que a proposta contraria cláusula pétrea da Constituição, que veda a adoção de penas de caráter perpétuo no país.

Suassuna afirmou que “está na hora de capitalizar a indignação popular” para aprovar legislação mais dura. Quando os primeiros criminosos forem condenados à prisão perpétua e confinados em estabelecimento de segurança máxima em local isolado, onde serão obrigados a trabalhar, disse, “muito coisa no crime organizado pode mudar”.

— Como ficar de braços cruzados diante de fatos como cabeças humanas encontradas em lixeiras de *shoppings* do Rio de Janeiro, bombas sendo detonadas em lojas, prédios como a prefeitura e hotéis sendo metralhados? O Rio não está só. Campinas com seqüestros em série, Goiânia com roubos de carga, São Paulo e Belo Horizonte sitiadas pelo crime organizado — argumentou.

Conforme Suassuna, a aprovação da proposta será passo importante na busca de uma nova ordem político-institucional. Será também um marco para o resgate da cidadania brasileira, “principalmente para os milhões que vivem em favelas por necessidade econômica”.

Palocci vai explicar vazamento de informação

Corrida a ações da Petrobras, na véspera do anúncio feito pela ANP da descoberta de campo de petróleo em Sergipe, embasa requerimento de Antonio Carlos Valadares ao ministro da Fazenda, aprovado na comissão

Participação do BB na Visa Vale é questionada

Parecer do senador Tião Viana (PT-AC) foi acolhido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que encaminhou para decisão da Mesa do Senado requerimento do senador Jefferson Péres (PDT-AM) de informações ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sobre decisão do Banco do Brasil de participar, por intermédio de sua subsidiária BB Investimentos, da constituição de empresa privada para atuar no mercado de vales-alimentação, denominada Visa Vale.

Tião Viana considerou que o pedido de Jefferson não envolve matéria sigilosa, o que exigiria um posicionamento da CCJ, como prevê o regimento da Casa. Mas ressaltou que o assunto deve ser necessariamente analisado pelo Senado, porque a Constituição determina em seu artigo 37, inciso XIX, a obrigatoriedade da autorização legislativa para a criação de subsidiárias de autarquia ou empresa pública, bem como a participação de quaisquer delas em empresa privada. O autor quer saber se essa autorização foi concedida.

PIRATARIA

O projeto de lei da Câmara dos Deputados que determina maior rigor na punição da pirataria de bens intelectuais, como os falsificadores de discos, não chegou a ser examinado pela CCJ. O presidente da comissão, senador Edison Lobão (PFL-



Jefferson Péres apresentou requerimento de informações ao ministro da Fazenda

MA), concedeu vista da matéria ao senador Demostenes Torres (PFL-GO), que pretende conversar com o relator, senador João Capiberibe (PSB-AP), sobre a possibilidade de apresentação de substitutivo. Ele explicou que está examinando um outro projeto que tem relação com a proposta originalmente encaminhada pelo Executivo.

SEBRAE

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) solicitou o adiamento para esta semana da votação do parecer à proposta de emenda à Constituição (PEC), de sua autoria, que concede imunidade tributária ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O senador Papaléo Paes (PTB-AP), por sua vez, solicitou a retirada de pauta da PEC do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), que dispõe sobre o trabalho do menor.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na quarta-feira parecer favorável a requerimento de informações ao Ministério da Fazenda, apresentado pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), sobre indícios de vazamento de informação privilegiada, pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), em relação à descoberta de campo petrolífero na bacia de Sergipe.

O senador Tião Viana (PT-AC), relator da matéria, considerou o pedido importante por se tratar de assunto estratégico e que merece esclarecimento. No relatório, o senador salienta os motivos que sustentam o requerimento de Valadares, como o aumento de 45% do volume de negócios com ações ordinárias da Petrobras no dia 10 de março, véspera do anúncio da ANP, comparado à média transacionada na Bolsa de Valores de São



Valadares também estranhou que anúncio da descoberta não tenha sido feito pela Petrobras

Paulo durante o mês de fevereiro.

“Diante de informações veiculadas, de que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) não teria considerado essa variação de volume suficiente para justificar uma investigação, o senador pergunta quais os critérios usados pela CVM para considerar determinadas operações

CCJ quer acompanhar liquidação de bancos

O pedido de informações ao Banco Central (BC) sobre os processos de liquidação extrajudicial de 19 instituições financeiras, com a devida relação dos credores em cada um deles, obteve parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O senador Romero Jucá (PSDB-RR), autor do requerimento, informou que possui projeto estabelecendo parâmetros para liquidações extrajudiciais de bancos e outras instituições financeiras. “Atualmente, essa área é uma festa”, disse Jucá, referindo-se às notícias veiculadas pela imprensa



Requerimento de Jucá pede informação sobre 19 instituições

de que várias dessas instituições abriram processo contra o BC e seu liquidante. Algumas delas, segundo o senador, já conseguiram decisão preliminar favorável, transformando-se em credoras da União.

Jucá considera, na justificativa do seu pedido, que por meio dessas ações, os proprietários das instituições estão conseguindo restabelecer “a credibilidade” e a sua “capacidade de atuação” no mercado, “com sérios riscos de lesão financeira para os reais credores das instituições punidas”.

O senador Ney Suassuna (PMDB-

normais ou não”, explicou Tião Viana em seu relatório.

Segundo o relator, Valadares também estranhou que a divulgação da descoberta do poço na bacia de Sergipe, com reservas estimadas em 1,9 bilhão de barris de petróleo levíssimo, não tenha sido feita pela Petrobras, como é comum acontecer. Valadares informou os integrantes da CCJ que, posteriormente à divulgação da ANP, a estatal confirmou a descoberta, mas divergiu do volume das reservas e do grau de qualidade do óleo, esclarecendo que ainda realiza testes para determinar a viabilidade comercial da jazida.

Por se tratar de informações sigilosas, a Mesa despachou o requerimento para a CCJ analisá-lo quanto à constitucionalidade, juridicidade, mérito e pertinência dos fundamentos da solicitação, seguindo exigência do regimento da Casa.

PB), que preside a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), afirmou que há processos de liquidação extrajudicial em exame pela CFC que evidenciam essas discrepâncias. Citou como exemplo o que ocorreu com os bancos estaduais de Rondônia (Beron) e o do Pará (Banpará).

No seu relatório, Luiz Otávio (PMDB-PA) considerou a solicitação oportuna, “uma vez que existem dúvidas sobre o andamento de liquidações extrajudiciais de várias instituições financeiras”. A listagem de 19, apresentada por Jucá, inclui as liquidações dos bancos Nacional, Econômico, Bamerindus, Interior de São Paulo e da Araucária Corretora de Câmbio, Títulos de Valores Mobiliários.

Mudanças constitucionais são rejeitadas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiu pela rejeição de três propostas de emenda constitucional (PECs), duas delas de autoria do senador Gerson Camata (PMDB-ES). A primeira propõe alterar a Constituição para que o agente, preso em flagrante, perca o direito da presunção de inocência.

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) considerou a matéria inconstitucional, porque fere cláu-

sula pétrea que trata dos direitos e garantias individuais. “É inquestionável que a presunção de inocência, além de ser um princípio constitucional, é uma garantia individual”, argumenta em seu relatório. Demostenes pediu que a CCJ adote na íntegra o parecer elaborado pelo ex-senador José Fogaça sobre a matéria.

O relator da outra PEC de Camata, senador Papaléo Paes (PTB-AP), apresentou razões de ordem

técnico-constitucional para rejeitar a proposta, que confere competência aos tribunais para alterar e estabelecer jurisdição de suas varas e transferir suas sedes.

A terceira PEC rejeitada, de autoria do ex-senador Francisco Escórcio, teve como relator Tasso Jereissati (PSDB-CE). A PEC, que elimina a participação do presidente da República no processo de escolha dos magistrados, foi considerada inconstitucional.



CCJ considerou inconstitucional PEC que elimina participação do presidente da República no processo de escolha de magistrados

Delcidio adverte para risco de crise energética em 2004

Senador defende investimentos em termoeletricas e em fontes alternativas de energia para afastar perigo de novo racionamento

O senador Delcidio Amaral (PT-MS) alertou, na quarta-feira, para o risco de uma nova crise energética no final de 2004, se medidas de curto e médio prazos não forem adotadas. Ele disse que este é o momento de se refletir sobre os erros do passado e afirmou que, apesar de a energia hidroelétrica continuar sendo a principal forma de geração no Brasil, o país precisa investir na energia termoeletrica, principalmente a partir do gás natural, e também em fontes alternativas, como a eólica e a solar.

Ao salientar que houve erros no modelo implantado desde 1995, o parlamentar se posicionou contra a privatização de empresas do setor elétrico, principalmente as federais. Ele entende que o governo federal deve partir para um sistema misto, estatal e privado. "Esse será um modelo atraente, desde que se façam as mudanças neces-



Delcidio Amaral sugere utilização de gás natural pelas usinas geradoras

sárias no atual sistema", garantiu.

Delcidio explicou que o modelo do sistema elétrico brasileiro, como resultado de mudanças que vêm sendo implementadas desde 1995, tem os seguintes princípios: competição na geração e distribuição, transmissão independente, um Operador Nacional do Sistema (ONS) e mercado atacado de energia.

Para o senador, é necessário que o Conselho Nacional de Política Energética cumpra realmente seu

papel de determinar as políticas para o setor e que a atuação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) se restrinja à regulação e fiscalização, inclusive de obras".

CRESCIMENTO

Em apartes, Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou que o problema da energia elétrica é crucial para o crescimento do país, enquanto Mão Santa (PMDB-PI) destacou a importância de a energia ser levada ao meio rural, como forma de manter o homem no campo. Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) defenderam a volta de programa semelhante ao Luz no Campo.

Por sua vez, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que a energia tem que ser barata para melhorar a qualidade de vida da população e considerou que "o modelo atual não é perfeito, mas representa avanços.

Tuma homenageia o Exército brasileiro

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) homenageou, na última quarta-feira, o Exército brasileiro, cuja data comemorativa transcorreu em 19 de abril. Ele declarou ter-se emocionado bastante ao participar de solenidade em que generais prestaram continência, durante a execução do Hino Nacional, ao comandante supremo das Forças Armadas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

— Quem conhece a história, os conflitos de poucas décadas atrás, sabe o que esse momento significou. Emocionei-me porque senti uma alegria imensa, me passou pela cabeça toda a história de 20 anos atrás, quando conflitos traziam uma sombra negra para o nosso futuro — disse.

Segundo Tuma, a solenidade foi demonstração de disciplina e amor à pátria, em uma época de harmonia e respeito. Para ele, que viveu 50 anos no meio policial, tratou-se de um momento especial.

Em aparte, Ney Suassuna

(PMDB-PB) solidarizou-se com a comemoração do Dia do Exército, ressaltando que os militares merecem apoio e gratidão. "Eles oferecem sua vida à pátria e dedicam-se a uma profissão que não oferece grandes vantagens monetárias", observou. Também em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que a homenagem de Tuma ao Exército deve ser considerada manifestação de todo o Senado à instituição.

Senadores são condecorados

Os líderes do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), e do PSDB, Arthur Virgílio, (AM), e os senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Jefferson Péres (PDT-AM), Osmar Dias (PDT-PR) e Marcelo Crivella (PL-RJ) receberam, na última terça-feira, condecorações da Ordem do Mérito Militar, durante as comemorações do Dia do Exército, realizadas em Brasília. Também recebeu a condecoração o dire-



Romeu Tuma disse ter-se emocionado ao ver generais prestarem continência a Lula

tor-geral do Senado, Agaciel Maia.

As comendas foram entregues pelo general Francisco Roberto de Albuquerque, comandante do Exército Brasileiro, em solenidade realizada no Setor Militar Urbano.

A Ordem do Mérito Militar destina-se a militares e civis que se destacaram em suas profissões ou que tenham prestado relevantes serviços ao Exército ou ao país.

Crivella quer construção de refinaria no norte fluminense

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) manifestou seu apoio à campanha lançada em janeiro último na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), em defesa da construção de uma refinaria de petróleo no norte fluminense.

A obra, disse, "é fundamental" para o estado.

Segundo o senador, a Renorte, como seria denominada a nova refinaria, é uma das saídas importantes para diminuir a dependên-



Marcelo Crivella apóia campanha lançada pela Firjan

cia do Brasil de vários derivados de petróleo.

— Quando concluída, ela poderá processar cerca de 200 mil barris por dia de óleo tipo Marlim, o que se constituirá em significativa contribuição para amenizar os nossos prejuízos em dólares e ajudar a aumen-

tar o nosso superávit comercial que, nos últimos meses, tem apresentado bom resultado — disse.

Crivella registrou a difícil situação por que passa o estado do Rio de Janeiro.

Efraim Moraes propõe novas regras para os precatórios

O senador Efraim Moraes (PFL-PB) apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC) alterando a lei que trata do regime de pagamento de precatórios. Ele propõe a limitação, em até 2% das receitas correntes líquidas, do montante máximo a

ser comprometido no Orçamento com o pagamento de precatórios, excluindo os de natureza alimentícia.

A PEC estabelece que, superado o limite máximo dos 2%, os débitos



Efraim Moraes quer limitar pagamento a 2% das receitas

poderão ser parcelados em até 60 meses, de modo a escalar o impacto dos precatórios de maior valor sobre os cofres públicos. Segundo o senador, o objetivo é evitar que os entes federativos sejam financeiramente inviabilizados por compromissos assumidos

no passado.

Outro objetivo da proposta de Efraim Moraes é impedir que os precatórios eliminem a capacidade de investimento dos entes federativos.

Ana Júlia cobra punição dos responsáveis por massacre

Os sete anos do massacre de Eldorado dos Carajás, que resultou na morte de 19 trabalhadores sem terra pela Polícia Militar do Pará, foram registrados pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA). Ela cobrou a punição dos responsáveis e disse

acreditar que o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, venha a tomar providências para corrigir injustiças.

— Essa mancha na nossa história, e também para nós, no estado do Pará, ainda continua impune



Ana Júlia disse esperar providências do ministro da Justiça

porque infelizmente os verdadeiros culpados não foram presos.

Ana Júlia leu reportagem do jornalista Marco Frenete, divulgada na Internet pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, segundo a qual o massacre começou com a execução do deficien-

te mental Amâncio Rodrigues dos Santos. Os policiais foram, então, atingidos por sem-terra com paus e pedras, ao ver o companheiro morto, e em seguida a tropa disparou rajadas de metralhadoras contra os trabalhadores.

A sessão de quarta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Romeu Tuma, Marcelo Crivella e César Borges e pela senadora Heloisa Helena